

ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



05
2022



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos seguintes grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, NEAAPE e OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

Editora Executiva: Beatriz Maciel Pontes

Editora Adjunta: Giovanna Lucio Monteiro

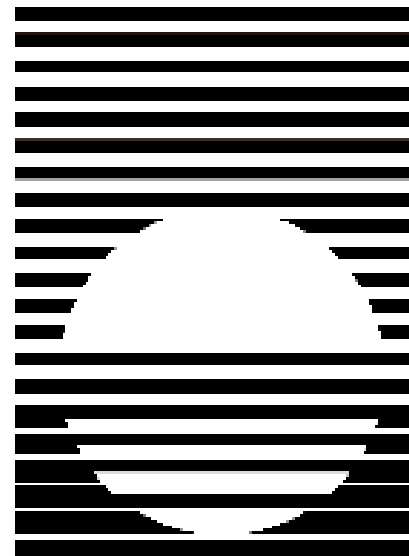
Conselho Editorial: Fernanda, Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Leticia Pinheiro, Maria del Carmen Villarreal Villamar, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque

Editoria de Redação: Amanda Pereira Pinto, Amanda Salice Vieira Lima Cavalcante, Anna Karolinne de Holanda Ribeiro, André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Beatriz Bandeira de Mello Souza e Silva, Beatriz Pontes, Beatriz Santos, Bruna Soares de Aguiar, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Eduardo Morrot, Fernanda Abreu, Ghaio Nicodemos Barbosa, Giovana Esther Zucatto, Henrique Rabello de Carvalho, Jefferson Nascimento, Johanna Larrubia, Juliana Pinto de Lemos da Silva, Julia Aroni, Julia Rodrigues da Cruz Conceição, Leandro Wolpert dos Santos, Levi Salomão, Lucca Fantuzzi Soares, Lucas Calabro Berti, Marcelly Firmino, Marília Closs, Marllon Motta da Rocha, Murilo Gomes da Costa, Nathalia de Oliveira, Nicolli Bernardes Ribeiro, Paulo Jacob Inguane, Patrícia Porto de Barros, Pedro Lange Netto Machado, Thaís Jesinski Batista, Tomás Paixão

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Articuladores das campanhas de Lula e Bolsonaro se reúnem com embaixadores estrangeiros

Diplomatas e militares brasileiros travam disputa no Senado sobre indicação de embaixadores

Após veto do governo brasileiro, TSE desiste de convidar observadores eleitorais da UE

Página 05

Presidentes da Guiana e do Brasil assinam acordos de cooperação

Chancelaria argentina cria subsecretaria de orientação sexual e identidade de gênero

Página 06

Exclusão da Venezuela, Cuba e Nicarágua da IX Cúpula das Américas gera debate

Sanções à Venezuela são flexibilizadas pelos Estados Unidos

Página 07

Governo e sociedade civil debatem ausência da Bolívia na Cúpula das Américas

Eleição presidencial na Colômbia será decidida no segundo turno

Página 08

Países do BRICS debatem cooperação em áreas estratégicas

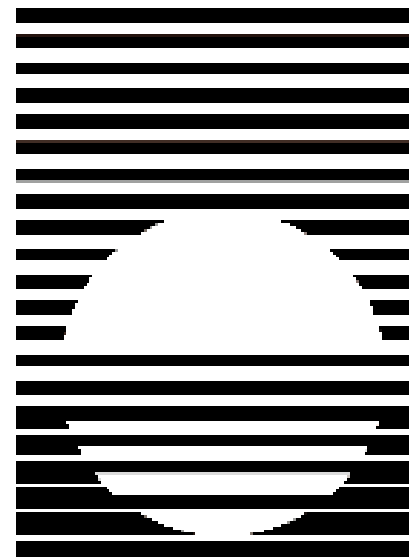
China recebe visita de Comissária de Direitos Humanos da ONU

Página 09

Governo chinês confronta inclusão de Taiwan na Assembleia Mundial da Saúde

Índia limita exportação de commodities para garantir segurança alimentar

Possível fechamento da UNRWA pode afetar quase 6 milhões de refugiados



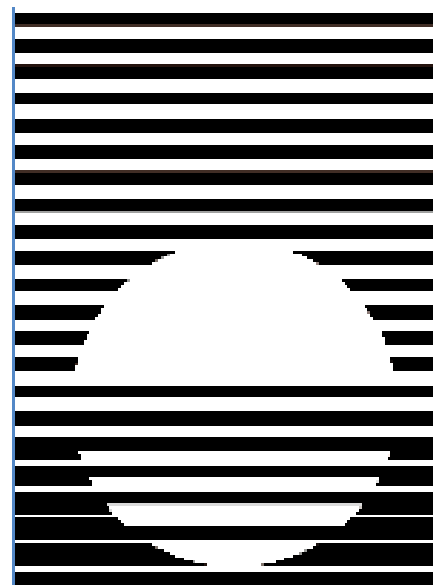
Página 10

Alta letalidade das polícias do Rio de Janeiro repercute mundialmente

Ministério da saúde da Argentina regulamenta o uso de linguagem não sexista e inclusiva em seus documentos oficiais

Página 11

Caso de mulher esterilizada sem consentimento no Chile aumenta pressão por direitos reprodutivos



Articuladores das campanhas de Lula e Bolsonaro se reúnem com embaixadores estrangeiros

Com a aproximação das eleições presidenciais brasileiras, marcadas para outubro de 2022, os articuladores das campanhas de Lula e Bolsonaro intensificaram os contatos com diversos embaixadores de países estrangeiros. Do lado petista, Jaques Wagner teve reuniões no início de maio com os embaixadores dos EUA e da França e o secretário de Relações Internacionais do PT, Romênio Pereira, teve conversas nas embaixadas do Reino Unido, Japão, Ucrânia, Rússia e Bulgária. Nos encontros, os articuladores da campanha de Lula defenderam a ampliação do número de observadores internacionais e a criação de uma espécie de “cerco internacional” pró-legalidade para garantir o reconhecimento imediato do resultado das eleições brasileiras, reduzindo o risco de contestação interna. Do lado bolsonarista, os deputados Eduardo Bolsonaro, Carla Zambelli e Bia Kicis participaram de um almoço com cerca de 14 embaixadores estrangeiros em que explicaram os questionamentos das forças armadas e do governo em relação ao processo eleitoral e às urnas eletrônicas, afirmando, porém, que eles não representariam uma ameaça a institucionalidade e tampouco teriam caráter golpista, mas sim democrático. Os embaixadores estrangeiros, responsáveis por prestar informações estratégicas sobre o Brasil para seus países, buscam contato com os articuladores das campanhas devido a preocupações com a instabilidade gerada pelo período eleitoral, bem como para se informar da posição dos candidatos sobre temas importantes no meio internacional. As eleições também têm impactado na política externa de Bolsonaro, que tenta utilizar a diplomacia para agradar sua base política e obter ganhos eleitorais. No final de maio, Bolsonaro aceitou o convite para reunir-se com Joe Biden e para participar da Cúpula das Américas. Apesar do presidente americano ser malvisto por bolsonaristas, uma reunião bilateral com Biden ajudaria a dissipar a imagem de Bolsonaro como pária internacional e possibilitaria a discussão de temas importantes para setores econômicos que apoiam o presidente brasileiro, como o acesso à fertilizantes pelo agronegócio. Ao mesmo tempo, o indicado a Embaixador do Chile no Brasil, Sebastián Depolo, sofre as consequências do desafeto bolsonarista. Indicado pelo novo presidente chileno, Gabriel Boric, em abril, Depolo, que já fez críticas públicas a Bolsonaro, segue até o fim de maio sem ter o agrément concedido pelo governo brasileiro para exercer seu cargo no Brasil.

Fontes: [O Globo](#), 17/04/2022; [O Globo](#), 15/05/2022; [O Globo](#), 22/05/2022; [Estadão](#), 29/05/2022.

Diplomatas e militares brasileiros travam disputa no Senado sobre indicação de embaixadores

No dia 19 de abril de 2022, o presidente Jair Bolsonaro encaminhou para apreciação do Senado a nomeação do secretário de produtos de defesa, Marcos Degaut, para o cargo de Embaixador do Brasil nos Emirados Árabes Unidos. A indicação de Degaut, oriundo do Ministério da Defesa, gerou resistência por parte de diplomatas contrários à nomeação de embaixadores de fora da carreira e contribuiu para a disputa entre diplomatas e assessores do Planalto que operam dentro do Ministério das Relações Exteriores (MRE). No dia 11 de maio, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado decidiu não apreciar a indicação de Degaut na reunião da comissão em que outros seis indicados ao posto de embaixador foram sabatinados, todos servidores de carreira. Na reunião da CRE também foi aprovado o convite ao ministro das Relações Exteriores, Carlos França, para comparecer à comissão e prestar informações sobre os critérios de promoção para os diplomatas no Brasil. O portal DefesaNet, ligado aos meios militares, criticou França e a “ala esquerdista do Itamaraty” por agirem nos bastidores para bloquear o nome de Degaut. O Itamaraty negou as alegações de que estaria atuando contra Degaut e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, afirmou que não há restrições por parte do Senado ao secretário de Produtos de Defesa. No entanto, até o final do mês de maio, a indicação de Degaut segue sem apreciação no Senado.

Fontes: [DOU](#), 20/04/2022; [Metrópoles](#), 23/04/2022; [Folha](#), 25/03/2022; [DefesaNet](#), 08/05/2022; [Veja](#), 10/05/2022; [Senado Federal](#), 11/05/2022; [Folha](#), 14/05/2022; [Veja](#), 16/05/2022.

Após veto do governo brasileiro, TSE desiste de convidar observadores eleitorais da UE

No dia 2 de maio, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) retirou o convite feito a representantes da União Europeia (UE) para que acompanhassem as eleições presidenciais de outubro no Brasil. Realizado em março deste ano, o convite pedia à Comissão

Europeia que enviasse ao país uma missão exploratória encarregada de verificar as condições em terreno para o envio posterior de uma missão de observação eleitoral. Esta seria a primeira vez que a UE participaria das eleições no Brasil. A ideia, no entanto, foi abortada, devido, segundo interlocutores europeus, “a reservas expressas pelo governo brasileiro”. Em nota oficial, o TSE se limitou a dizer apenas que “não estavam presentes todas as condições necessárias para viabilizar uma missão integral de observação eleitoral” europeia. Ventila-se, porém, que o presidente Jair Bolsonaro teria atuado para que o Itamaraty não desse apoio ao convite. Em nota emitida em abril, o Ministério de Relações Exteriores (MRE) já havia recordado “não ser da tradição do Brasil ser avaliado por organização internacional da qual não faz parte”. Em acréscimo, o MRE apontou que a UE não envia missões eleitorais sequer a seus próprios estados membros. Sem o apoio do Ministério, cuja colaboração seria necessária na emissão de passaportes diplomáticos e na logística para receber os representantes estrangeiros no Brasil, o TSE acabou sendo demovido da ideia. Entretanto, o juiz Edson Fachin, presidente da Corte, anunciou não ter desistido de contar com representantes europeus no marco da estratégia institucional que visa criar uma rede de delegações estrangeiras para acompanhar as eleições de 2022. Até o momento, já foi confirmada a presença de missões da Organização dos Estados Americanos (OEA), do Parlamento do Mercosul (Parlasul) e da Rede Eleitoral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A estimativa é de que o Brasil receba cerca de 100 observadores internacionais para estas eleições, maior número já registrado na história do país. No dia 20 de maio, durante uma live em suas redes sociais, Bolsonaro debochou da iniciativa, ao questionar “Podem botar 1 milhão de observadores nas eleições; vão observar o quê?”. A celeuma entre o Judiciário e o Executivo se dá em meio a um conflito institucional entre os Poderes, em que Bolsonaro voltou a questionar a lisura do processo eleitoral brasileiro.

Fontes: [MRE](#), 13/04/2022; [Nexo Jornal](#), 02/05/2022; [Folha](#), 03/05/2022; [G1](#), 02/05/2022; [Estadão](#), 17/05/2022; [Estadão](#), 19/05/2022; [Estadão](#), 19/05/2022.

Presidentes da Guiana e do Brasil assinam acordos de cooperação

No mês de maio, o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, se reuniu em Georgetown com o presidente da Guiana, Irfaan Ali. O encontro resultou no estabelecimento de diretrizes de cooperação bilateral nas áreas de segurança alimentar, energia, infraestrutura e segurança nacional. Além disso, os dois países firmaram um acordo referente à cooperação técnica para a exploração do petróleo guianense, a ocorrer através da Petrobras, e assinaram tratados concernentes à cooperação legal em questões civis e à assistência mútua em questões criminais. Em declaração conjunta, Bolsonaro e Ali também se posicionaram contra a Venezuela na disputa fronteiriça da região do Essequibo. Nesse sentido, os dois presidentes ressaltaram a importância de observação dos princípios de solução pacífica dos conflitos e de integridade territorial dentro dos marcos do direito internacional na resolução de qualquer disputa na região. O discurso também contemplou a guerra na Ucrânia, com os dois líderes fazendo um chamamento ao cessar fogo no conflito. A aproximação entre Brasil e Guiana ocorre, em particular, por meio do estado de Roraima, que faz fronteira com a ex-colônia inglesa. Em troca da assistência técnica em agricultura, Ali se comprometeu a pleitear a inclusão do estado brasileiro na força tarefa de agricultura do CARICOM, o que facilitaria a exportação da produção agrícola de Roraima aos países do bloco.

Fontes: [DemeraraWaves](#), 04/05/2022; [GZH](#), 06/05/2022; [CNN](#), 06/05/2022; [Kaieteurs News](#), 09/05/2022; [DemeraraWaves](#), 10/05/2022; [DemeraraWaves](#), 22/05/2022.

Chancelaria argentina cria subsecretaria de orientação sexual e identidade de gênero

O governo argentino criou, em 03/05/2022, a Subsecretaria de Orientação Sexual e Identidade de Gênero no âmbito do Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto, com o objetivo de auxiliar o ministro na representação perante organismos e fóruns internacionais sobre questões relacionadas a gênero, diversidade e proteção e promoção dos direitos de pessoas LGBTQI+, em coordenação com o Ministério da Mulher, Gênero e Diversidade. O cargo de Representante Especial sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero

será ocupado por Alba Rueda, ativista de direitos humanos LGBTQI+ que é referência do movimento na Argentina. O decreto 227/2022, que oficializou a criação do órgão, afirma que “é preciso adotar as medidas necessárias e fortalecer os recursos institucionais que contribuem para a integração da abordagem de gênero e diversidade em todas as políticas promovidas pelo Estado Nacional, tanto em nível local quanto em nível internacional”. A Argentina passa a ser um dos poucos países que tem uma representação diplomática com essas características, se juntando à EUA, Itália, Alemanha e Reino Unido. Apesar dos avanços institucionais, alguns dias depois uma polêmica envolvendo a Cancillería e as questões de identidade de gênero aconteceu nas redes sociais e demonstrou como o debate ainda precisa progredir. O ex-Secretário de Direitos Humanos do governo Macri, Claudio Avruj, confundiu a bandeira trans, que está, junto com a bandeira LGBTQI+, estendida na frente do prédio do Ministério de Relações Exteriores, com uma suposta intervenção que teria sido feita na bandeira argentina. Após ser informado que o emblema representava o movimento pela luta dos direitos de pessoas transgênero, Avruj precisou se desculpar, mas não sem antes ser profundamente criticado por ativistas, que ressaltaram a gravidade de um ex-Secretário de Direitos Humanos não saber reconhecer a bandeira trans.

Fontes: [Telám](#), 03/05/2022; [Infobae](#), 03/05/2022; [TN](#), 12/05/2022; [Clarín](#), 13/05/2022.

Exclusão da Venezuela, Cuba e Nicarágua da IX Cúpula das Américas gera debate

O Coordenador do Departamento de Estado dos EUA para a Cúpula das Américas, Kevin O’Reilly, tornou pública, no dia 26 de maio, a exclusão da Venezuela, Cuba e Nicarágua da IX Cúpula das Américas, a ter lugar em entre 6 e 10 de junho, em Los Angeles. Em reação à decisão dos EUA, oito chefes de Estado e representantes de alto escalão pediram, durante a conferência ALBA-TCP, realizada no dia 27 de Maio, em Havana, maior cooperação dentro da comunidade latino-americana e caribenha e falaram em nome dos três países excluídos da próxima Cúpula das Américas e condenaram os EUA pela exclusão desses países. Discursando na Conferência, o líder venezuelano, Nicolás Maduro, enfatizou o enorme poder demonstrado pela crescente cooperação entre as nações da América Latina e do Caribe,

evidenciado pelo possível boicote à IX Cúpula das Américas. Por sua vez, o presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, Luis Arce, defendeu que a decisão dos Estados Unidos de excluir alguns países, apenas enfraquece o quadro institucional ao bloquear espaços para a pluralidade de diálogo com todos os países do Hemisfério Ocidental. Enfatizou ainda que, nenhum país pode assumir o direito de decidir quem faz ou não parte do continente americano, nem qualquer organização internacional como a Organização dos Estados Americanos, pode servir única e exclusivamente aos interesses hegemônicos de uma única nação. Conforme noticiou a Reuters, o “medo” de um boicote generalizado à Cúpula das Américas constituiu uma preocupação na Casa Branca. Citando fontes oficiais, a publicação sustenta que, diante da pressão latino-americana, assessores do presidente Joe Biden avaliaram a possibilidade de convidar alguns líderes desafetos do governo dos EUA.

Fontes: [Sputnik](#), 10/05/2022; [Sputnik](#), 20/05/2022; [MPPRE](#), 27/05/2022; [Sputnik](#), 28/05/2022.

Sanções à Venezuela são flexibilizadas pelos Estados Unidos

Em 17 de maio, o governo dos EUA anunciou a flexibilização de sanções ao setor energético da Venezuela. Segundo declaração de Joe Biden, presidente estadunidense, a empresa Chevron ganharia uma licença para negociar petróleo com a PDVSA, a empresa petrolífera do Estado venezuelano. O anúncio da flexibilização ocorreu em um contexto de aproximação entre os dois governos: as sanções ocidentais impostas à Rússia, após a invasão do território ucraniano, levaram o governo estadunidense a buscar outros fornecedores de petróleo. A flexibilização das sanções foi condicionada, no entanto, à retomada do diálogo entre o governo de Nicolás Maduro e a oposição, que estavam ocorrendo no ano de 2021 no México, com a mediação da Noruega. Em 17 de maio, Jorge Rodríguez, chefe da delegação de Maduro, e Gerardo Blyde, porta-voz da Plataforma Unitária, se reuniram para conversar sobre as condições para a retomada do diálogo. O governo mexicano se colocou à disposição para sediar novas rodadas. A retomada das negociações, no entanto, depende de fatores como a exigência do governo de Maduro de que Alex Saab, empresário colombiano aliado do governo, esteja presente nas conversas. Saab está atualmente preso nos EUA. A política venezuelana

também foi marcada, no mês de maio, pelo início das conversas entre o bloco que reúne os maiores partidos da oposição venezuelana - a Plataforma Unitária - sobre o possível candidato que concorreria nas eleições presidenciais agendadas para 2024. Após reunião no dia 23 de maio, foi anunciado um processo de consultas à população venezuelana sobre a organização de eleições primárias em 2023 para definir o candidato da oposição.

Fontes: [El Nacional](#), 16/05/2022; [Nexo Jornal](#), 17/05/2022; [O Globo](#), 17/05/2022; [El Nacional](#), 18/05/2022; [El Nacional](#), 18/05/2022; [El Tiempo](#), 23/05/2022; [El Nacional](#), 24/05/2022.

Governo e sociedade civil debatem ausência da Bolívia na Cúpula das Américas

A decisão do presidente Luís Arce de não participar da Cúpula das Américas movimentou boa parte do debate político na Bolívia durante o mês de maio. O anúncio do mandatário boliviano, realizado no dia 11 de maio de 2022, ocorreu após o governo dos EUA excluir Cuba, Nicarágua e Venezuela da lista de convidados da Cúpula, países a quem o presidente Joe Biden acusa de ditaduras. A decisão de Arce de não participar do evento, que será realizado entre os dias 2 e 6 de junho em Los Angeles, gerou reações distintas entre atores políticos e sociedade civil do país. Do lado governista, em comunicado feito no dia 27 de maio, Arce reiterou sua posição ao afirmar que “se [os EUA] querem ter um encontro de amigos, bem, que façam, mas não podem chamar de Cúpula das Américas”. O posicionamento de Arce foi acompanhado pela Chancelaria boliviana em notas publicadas ao longo do mês no site da instituição, destacando a defesa da diversidade de modelos de governo de “países irmãos”. Um dos comentários mais polêmicos coube ao ex-presidente Evo Morales, que pregou em seu Twitter a retirada da Bolívia da OEA como uma maneira de ratificar uma posição anti-imperialista. Longe de ser unanimidade na Bolívia, no entanto, distintos atores da sociedade civil questionariam a decisão governista. Para o diretor do Instituto Interamericano por la Democracia, Carlos Sánchez Berzaín, o governo Arce estaria perdendo oportunidades de estabelecer acordos comerciais na região ao “sabotar a Cúpula das Américas”. Nas palavras de Berzaín, que também atuou como ministro de Defesa da Bolívia nos anos 90, a

exclusão de determinados Estados reflete a crescente confrontação de democracias e ditaduras no cenário internacional. Sob este aspecto também se centraria a crítica da Global Human Rights League, organização dedicada à promoção dos direitos humanos. Em carta enviada no início do mês ao governo estadunidense, pesquisadores da instituição afirmaram que a Bolívia era um Estado ditatorial e deveria ser desconvidada da Cúpula das Américas. A controvérsia sobre o episódio deve prosseguir até meados de junho, quando se encerra o encontro.

Fontes: [Infobae](#), 02/05/2022; [Ministério das Relações Exteriores da Bolívia](#), 05/05/2022; [Opinión](#), 15/05/2022; [El Deber](#), 17/05/2022; [La Razón](#), 27/05/2022; [El Deber](#), 27/05/2022; [Diario las Américas](#), 30/05/2022.

Eleição presidencial na Colômbia será decidida no segundo turno

Em 29 de maio de 2022, os colombianos elegeram os candidatos que irão ao segundo turno na corrida presidencial, que ocorrerá no próximo 19 de junho. No primeiro turno, Gustavo Petro, candidato de esquerda, obteve 40,34%, seguido por Rodolfo Hernández, com 28,17%, e Federico Gutierrez, com 23,94%. Assim, apesar das pesquisas divulgadas antes do pleito, Gutiérrez, candidato apoiado pelos partidos tradicionais Liberal e Conservador, assim como pelo uribismo, não conseguiu passar ao segundo turno. Por sua vez, Hernández, um outsider da política colombiana, converteu-se no rival de Petro, que era o favorito em todas as pesquisas durante os primeiros meses de campanha. Conhecido como o Trump colombiano, Hernández é um empresário de 77 anos do setor da construção que teve visibilidade na política nacional quando foi prefeito da cidade de Bucaramanga entre 2016 e 2019. Com um estilo diferente de fazer política, por ser menos diplomático e formal e por criticar os políticos tradicionais, acabou virando tendência nas redes sociais, como no TikTok. No entanto, o candidato se envolveu em vários escândalos por atacar fisicamente a opositores, fazer declarações machistas e, principalmente, por ser investigado por corrupção, apesar de ser sua bandeira de campanha enfrentá-la. Com um programa mais difuso e sem esclarecer como implementaria várias de suas propostas, o candidato tem se distanciado dos partidos tradicionais, apesar de ter recebido o apoio informal de políticos uribistas, incluindo Gutiérrez, assim que divulgados os resultados do primeiro turno. Por sua vez, para o candidato de esquerda, Gustavo Petro, ex-prefeito de Bogotá e com um programa de gover-

no com um a forte orientação a políticas sociais, tem sido mais difícil crescer nas pesquisas e persuadir a políticos e votantes do centro, alguns dos quais têm se inclinado a Hernández. Segundo as últimas pesquisas de intenção de voto, há um empate técnico entre os dois candidatos.

Fontes: [CNN](#), 29/05/2022; [El Tiempo](#), 31/05/2022; [EFE](#), 05/06/2022; [El Colombiano](#), 06/06/2022.

Países do BRICS debatem cooperação em áreas estratégicas

No dia 19 de maio, foi realizada reunião do grupo BRICS Plus, que reúne os cinco membros do bloco e outros nove países de economias emergentes, Cazaquistão, Arábia Saudita, Argentina, Egito, Indonésia, Nigéria, Senegal, Emirados Árabes e Tailândia. A vídeo conferência, presidida pelo chanceler chinês Wang Yi, inaugura o primeiro diálogo “BRICS Plus”, que se sustenta em valores como multilateralismo, desenvolvimento de uma governança global mais justa, inclusiva, equitativa e democrática, na cooperação Sul-Sul e em parcerias globais. Os representantes dos países reunidos concordaram quanto a importância dos elementos destacados pelo chanceler chinês e mostraram disposição para parcerias baseadas em ideias similares e interesses compartilhados. Neste mesmo mês as relações bilaterais entre China e Brasil voltaram a ganhar folego através de seus vice-presidentes, Wang Qishan, da China, e Hamilton Mourão, do Brasil. Os dois se encontraram durante reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban) ocorrida em 23 de maio de 2022. Segundo Mourão, o Brasil espera expandir as exportações ao mercado chinês, trabalhar com a nação asiática para responder a desafios comuns, incluindo a segurança alimentar, e aproveitar as novas oportunidades trazidas pelas transições energéticas e pela economia de baixo carbono. O vice-presidente brasileiro afirmou também que seu país acolherá empresas chinesas que queiram investir em território brasileiro e defendeu a retomada das atividades da Embraer na China.

Fontes: [O Globo](#), 11/05.2022; [Valor](#), 11/05.2022; [Época Negócios](#), 20/05/2022; [Reuters](#), 20/05/2022; [Poder 360](#), 23/05/2022; [Xinua](#), 21/05/2022; [Xinhua](#), 24/05/2022.

China recebe visita de Comissária de Direitos Humanos da ONU

Em 23 de maio de 2022, Michelle Bachelet, Alta Comissária de Direitos Humanos das Nações Unidas, chegou à China para uma visita de seis dias. Em encontros com altos funcionários do governo chinês, Bachelet busca espaço para dialogar sobre a situação da população uiguir e estabelecer contato com membros desta minoria, na província de Xinjiang. A postura ponderada da comissária foi bem recebida por autoridades chinesas, como o presidente Xi Jinping e o chanceler Wang Yi, mas gerou mal-estar em lideranças ocidentais e em representantes de organizações de direitos humanos. O chanceler chinês, que recebeu Michele Bachelet em Guangzhou, disse que a visita ajudaria a esclarecer desinformações propagadas por forças anti-China e a desarmar a politização da questão contra o governo chinês. Wang Yi defendeu que as instituições multilaterais de direitos humanos devem servir como via de diálogo e cooperação e não como campo de batalha para divisão e confronto. Bachelet assegurou, em videoconferência com mais de cem diplomatas estrangeiros baseados em Pequim que sua visita não é uma investigação e recomendou que não nutrissem altas expectativas. Em relato posterior, a comissária indicou que autoridades locais de Xinjiang já desmobilizaram as estruturas de “formação profissional” vistas por organismos internacionais de direitos humanos como campos de concentração ou instituições de internação compulsória de cidadãos uigures. O secretário de estado estadunidense, Antony Blinken, contestou o acesso permitido pelo governo chinês para a visita de Bachelet e na confiabilidade do relato produzido após a visita pela comissária, desaprovando o tom adotado com o governo chinês. Bachelet, que também incluiu visitas ao Tibet e Hong Kong, encorajou o governo chinês a revisar suas políticas de contraterrorismo e de desradicalização de grupos separatistas, para que estas estejam alinhadas aos padrões internacionais de defesa de direitos humanos e instou para que o governo chinês evite ações arbitrárias e discriminatórias contra minorias e respeite a cultura, tradição e linguagem dos grupos minoritários presentes no país. Organizações internacionais de direitos humanos denunciaram que, durante a visita da comissária, autoridades policiais chinesas ameaçaram parentes de uigures asilados no exterior que denunciam violações no país.

Fontes: [South China Morning Post](#), 24/05/2022; [South China Morning Post](#), 25/05/2022; [DW](#), 25/05/2022; [France 24](#), 28/05/2022; [Washington Post](#), 29/05/2022.

Governo chinês confronta inclusão de Taiwan na Assembleia Mundial da Saúde

O governo chinês criticou as recentes iniciativas de governos ocidentais para a inclusão de Taiwan como estado-observador na 75ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS), ocorrida entre os dias 22 e 28 de maio de 2022. O porta-voz Zhao Lijian reforçou que Taiwan é parte inalienável do território chinês e que as resoluções 25.1 da AMS e 2758 da Assembleia Geral das Nações Unidas reconhecem o princípio de “Uma China”. O governo de Pequim entende que a ilha de Taiwan já estaria representada por seus representantes nos organismos internacionais. Lijian ainda destacou que o governo chinês preza pela saúde dos cidadãos de Taiwan e que manteve todos os canais internacionais de diálogo abertos para que o governo local pudesse obter informações e participar da resposta internacional de combate a Covid-19, aprovando 47 visitas de especialistas internacionais, 44 visitas técnicas da OMS e oferecendo mais de 400 atualizações sobre a pandemia da Covid-19 para as autoridades de saúde locais. Outro porta-voz, Wang Wenbin, destacou que entre 2009 e 2016 o governo chinês fez arranjos para que o governo local de Taiwan enviasse representantes para AMS, e reforçou que o arranjo foi interrompido por conta do comportamento separatista do Partido Progressista Democrata, que governa a ilha desde 2016. O pleito de Taiwan conta com forte apoio do governo estadunidense e dos demais países membros do G-7 além do suporte de treze países com os quais mantêm relações diplomáticas oficiais. Como forma de contrapor os apoios recebidos por Taiwan, o governo chinês reuniu o apoio de 90 países que expressaram compromisso com a política de “uma China” junto a Organização Mundial da Saúde.

Fontes: [Focus Taiwan](#), 17/05/2022; [The Wall Street Journal](#), 19/05/2022; [Xinhua](#), 20/05/2022; [Xinhua](#), 22/05/2022; [The New York Times](#), 24/05/2022.

Índia limita exportação de commodities para garantir segurança alimentar

Em 13 de maio de 2022, a Índia suspendeu a exportação mundial de trigo. Segundo nota oficial, a medida, que começou a valer a partir de sábado, 14, tem como

objetivo evitar a insegurança alimentar da população indiana e o aumento do preço local. A produção do grão de trigo foi fortemente abalada pelo calor de quase 50 °C que afetou o país e, para se resguardar caso a produção fique abaixo do necessário, o governo priorizará o destino da commodity à população indiana. Apesar da suspensão, a Índia já recebeu pedidos de países como Bangladesh e Egito para fornecer cerca de 1,5 milhão de toneladas. Além dessa reação, a Alemanha e os EUA se opuseram argumentando que tal decisão poderia colocar em risco a segurança alimentar mundial, sobretudo pelo conflito entre Rússia e Ucrânia já ter limitado a oferta deste produto no mercado. A esse respeito a mídia chinesa contra-argumentou alegando que, apesar de ser o segundo maior produtor de trigo, a Índia não é um dos principais exportadores desta commodity. Em 25 de maio de 2022, o governo indiano interferiu na exportação de outro produto, limitando a exportação do açúcar a dez milhões de toneladas até outubro para manter os preços sob controle por causa do aumento da inflação e do aumento expressivo da exportação dessa commodity.

Fontes: [The Hindu](#), 14/05/2022; [India TV News](#), 16/05/2022; [News 18](#), 25/05/2022; [The Economic Times](#), 31/05/2022

Possível fechamento da UNRWA pode afetar quase 6 milhões de refugiados

No dia 22 de abril de 2022, o jornal The Jerusalem Post noticiou a possibilidade do fechamento da Agência das Nações Unidas para os Refugiados da Palestina no Oriente Médio (UNRWA). Ela nasceu por meio de aprovação na Assembleia-geral, em 1949, um ano depois da criação do Estado de Israel. A sua criação veio para ajudar refugiados palestinos que perderam suas casas e meios de trabalho após o conflito entre a Palestina e Israel em 1948. Desde sua criação, o orçamento desta agência é definido pela Assembleia-Geral e repassado pelos países-membros da ONU, principalmente os Estados Unidos - maior doador até 2016, e os Estados-membros da União Europeia. Entretanto, desde que começou o corte no repasse dos Estados Unidos durante o governo Trump, a agência vem enfrentando dificuldades no orçamento. Além disso, a pandemia também afetou seriamente outros

recursos repassados à agência. No dia 23 de abril, após algumas tentativas de gestão da crise interna, o comissário-geral da UNRWA, Philippe Lazzarini, afirmou que: “Podemos admitir que a situação atual é insustentável e resultará inevitavelmente na erosão qualitativa dos serviços da UNRWA ou, ainda pior, sua interrupção”. Para os anos de 2022 a 2024, a União Europeia repassou o valor de 246 milhões de euros, na expectativa de que a agência se recupere. Porém, mesmo com o auxílio da UE e a retomada dos repasses após a eleição de Joe Biden, os montantes ficaram significativamente inferiores aos valores anteriores aos da administração Trump. Como a agência possibilita acesso à saúde, educação, serviço social, acolhimento e respostas a emergências de milhões de pessoas na Palestina e Oriente Médio, caso o seu fechamento se concretize, quase 6 milhões de refugiados serão afetados.

Fontes: [UNRWA](#), 24/04/2022; [Cleveland Jewish News](#), 01/05/2022; [Isto é](#), 02/05/2022; [Monitor de Oriente](#), 05/05/2022; [Arab News](#), 16/05/2022.

Alta letalidade das polícias do Rio de Janeiro repercute mundialmente

No dia 24 de maio de 2022, 23 pessoas foram assassinadas na chacina da Vila Cruzeiro, favela da zona norte do Rio de Janeiro. A operação policial da Vila Cruzeiro é a segunda mais letal da história do estado, ficando atrás somente do massacre da Favela do Jacarezinho, em maio de 2021, que terminou com 28 pessoas mortas. Instituições internacionais e entidades da sociedade civil de defesa dos direitos humanos ao redor do mundo pedem que sejam investigadas ambas as operações desastrosas das Polícias do Rio de Janeiro. Na ocasião da chacina do Jacarezinho, que acaba de completar um ano, o Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas (ONU) para os Direitos Humanos fez críticas à violência policial no Rio de Janeiro e pediu investigações imparciais sobre a chacina. Em nota, a Anistia Internacional também cobrou explicações ao governo do estado do Rio de Janeiro, ao Ministério Público Estadual (MPE) e ao Ministério Público Federal (MPF), e reforçou que ações policiais como as ocorridas no Jacarezinho, em maio de 2021, e na Vila Cruzeiro, em maio de 2022, descumprem a determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) que proíbe operações policiais durante a pandemia - no âmbito do Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, a ADPF das Favelas - e desrespeita os “protocolos internacionais que regulam o uso excessivo da força e de armamentos letais”. Pesquisas mostram que a situação de letalidade e violações de direitos humanos nas operações policiais no Rio de Janeiro é muito mais grave. Um levantamento feito pelo Instituto Fogo Cruzado e pelo Grupo de Estudos dos Novos

Ilegalismos, da Universidade Federal Fluminense (UFF), mostra que em um ano foram registradas 180 mortes em 39 chacinas no estado, afirmando mais uma vez que a polícia do Rio de Janeiro é a que mais mata no mundo, com um balanço de 6.100 mortes registradas em 2021, uma média de 17 mortes por dia

Fontes: [Revista Fórum](#), 07/05/2021; [Geledés](#), 07/05/2021; [BBC](#), 24/05/2022; [Anistia Internacional](#), 25/05/2022; [Carta Capital](#), 25/05/2022; [Brasil de Fato](#), 26/05/2022.

Ministério da saúde da Argentina regulamenta o uso de linguagem não sexista e inclusiva em seus documentos oficiais

No dia 09 de maio foi publicado no Boletín Oficial de La República Argentina a resolução 952/2022 que estabelece a utilização de linguagem de comunicação não sexista e inclusiva no Ministério da Saúde argentino. O texto da resolução, assinado pela ministra da Saúde, Carla Vizzotti, destaca que “a linguagem inclusiva e não sexista se refere a construções linguísticas e termos expressados de modo oral, escrito e/ou visual que contribui para o reconhecimento das mulheres e LGBTI+ e que não perpetuem estereótipos corporais, sexuais e de gênero”. O texto da resolução faz expressa referência aos tratados internacionais de direitos humanos cujo objetivo é a eliminação de todas as formas de discriminação e violência, e a adesão da Argentina a esses instrumentos internacionais, com destaque para os Princípios de Yogiakarta. A esse respeito, o texto da resolução destaca o dever dos Estados em adotar todas as medidas para a eliminação de estereótipos e discriminações com base na orientação sexual e identidade de gênero. O texto da resolução faz referência à lei argentina de identidade de gênero nº 26.743 e à lei 26.485 sobre a proteção integral das mulheres. De acordo com a resolução “(...) o marco regulatório dos direitos das mulheres e LGBTI+ deve ser complementado com a modificação de padrões socioculturais que impliquem desigualdades e violências entre os gêneros que normalizem a segregação, a discriminação e a exclusão”. A publicação da resolução 952/2022 insere-se em um contexto de ampliação das políticas de diversidade na Argentina, como foi o caso da emissão de documentos para pessoas não-binárias anunciado em 2021 pelo presidente Alberto Fernández.

Fontes: [Pagina 12](#), 10/05/2022; [Boletim Oficial da República da Argentina](#), 10/05/2022; [Infobae](#), 10/05/2022; [EFE](#), 10/05/2022.

Caso de mulher esterilizada sem consentimento no Chile aumenta pressão por direitos reprodutivos

No dia 26 de maio de 2022, o presidente do Chile, Gabriel Boric, se desculpou publicamente com Francisca, uma jovem portadora de HIV que foi esterilizada sem consentimento em um hospital público pela equipe médica que realizava seu parto em 2002. O caso, que se arrastou por mais de 20 anos, foi levado à Corte Interamericana de Direitos Humanos das Nações Unidas em 2009, mas o governo só veio a público no último mês. Na ocasião, Boric ratificou o Acordo de Solução Amistosa assinado em agosto do ano passado. Nesse compromisso, o governo chileno reconheceu sua responsabilidade internacional por violações de direitos humanos, sexuais e reprodutivos. O Acordo também estabelece uma série de medidas que devem ser adotadas pelo governo como: campanhas de conscientização sobre a não discriminação de pessoas que vivem com HIV e a capacitação em matéria de direitos sociais e reprodutivos com enfoque de gênero para profissionais de saúde e membros administrativos e do judiciário. O caso de Francisca ilustra as dificuldades que as mulheres soropositivas enfrentam quando procuram tratamento médico, incluindo cuidados referentes à gestação e a garantia de direitos sexuais e reprodutivos. Segundo a organização Vive Positivo aproximadamente 29% das mulheres portadoras de HIV que foram esterilizadas denunciaram que foram pressionadas pela equipe médica a realizar o procedimento

Fontes: [El Mostrador](#), 26/05/2022; [Notícias ONU](#), 27/05/2022; [El País](#), 27/05/2022.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, três grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

